

A educação no centro do debate

Realização da Conae mostra que, ao menos no discurso, área educacional pode se tornar prioridade na agenda do Poder Público

Durante cinco dias (entre 28 de março e 1º de abril), a Educação foi o centro de todas as atenções em Brasília. Por lá, representantes de diversos setores da sociedade tiveram a oportunidade de conhecer e debater as principais questões do setor na Conferência Nacional de Educação (Conae).

O evento reuniu mais de 3 mil pessoas: 2,5 mil delegados, 500 observadores e mais de 130 jornalistas. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o custo total da conferência, considerando as etapas municipais, estaduais e a nacional, foi de cerca de R\$35 milhões. O principal objetivo da conferência foi aprovar as diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação, que entrará em vigor no ano que vem, apresentando metas e normas que deverão ser seguidas até 2020.

Para a presidente do Conselho Nacional de Educação, Clélia Brandão, houve motivação para as pessoas pensarem mais em educação, que, segundo ela, é um dever do Estado, mas em que a sociedade também tem participação fundamental. “Além do período preparatório, com as conferências municipais e estaduais, a organização da Conae por eixos proporcionou não só conhecimento horizontalizado, mas o aprofundamento em cada eixo. Tenho uma avaliação muito positiva”, comemora a educadora, explicando que os temas foram divididos em seis eixos em que havia explanações e discussões pontuais sobre cada assunto.

A presidente acredita ainda que nas próximas conferências de educação, o envolvimento dos diversos setores tende a ser ainda maior e, a respeito do novo PNE, ela defende a ideia de que será necessário haver mais clareza nos objetivos e prioridades. “Não pode ser como este, que tem 295 metas. Tem que tratar o financiamento como fundamental do ponto de vista de criar subsídios para educação de qualidade; valorizar a formação continuada dos professores e funcionários da escola, além da gestão democrática, que é instrumento de trabalho colegiado, mas tem que ter transparência e coresponsabilidade”, enumera ela, que também se diz a favor da aprovação da utilização do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), que estipula os valores mínimos por aluno para a garantia dos insumos necessários para cada etapa da Educação Básica.

Clélia aponta como pontos importantes o fato de que toda a legislação aprovada no que diz respeito ao piso salarial dos professores, além das diretrizes de carreira, têm que ser elementos orientadores do próximo plano. “Também é preciso estabelecer um processo de avaliação contínua do próprio plano para, ao final, ter uma avaliação. Tem sido muito difícil a avaliação das metas”, ressalta, acrescentando que houve falta de participação das demais esferas do poder durante esta década, em que apenas nove estados conseguiram ter seus planos estaduais de educação aprovados.

Já o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, que participou da comissão organizadora da Conae, além de ter sido um dos delegados da conferência, acredita que este momento de envolvimento e discussão poderá trazer muitas melhorias para a educação. “Cumprir o papel de mobilizar. O fundamental de tudo isso é a própria realização da Conae. Foi a coisa mais importante. Isso é um marco histórico em termos de educação. Quem milita em educação entendeu a importância do sistema nacional. Apronfundou a ideia”, elogia.

Sobre a baixa participação dos estados, ele acredita que o fato de esta iniciativa não ter sido disseminada, prejudicou um pouco o cumprimento das metas e que a realização da Conae foi importante porque todos estarão mais sensibilizados ao tema. “O PNE que está em vigor atualmente tem 10 anos e só agora as pessoas prestam atenção ao fato de que muitos estados e municípios não fizeram seus próprios planos. Os planos estaduais e municipais também serão mais valorizados e debatidos. Com a Conae, muito mais gente está falando em educação”, comemora.

Para ele, é importante que o novo PNE avance nas metas de educação e que procure alcançar aquelas que ainda não foram alcançadas. Quando o assunto é financiamento, na Conae, ficou aprovada a

destinação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para Educação até 2011, devendo alcançar, em 2014, o patamar de 10%. Além disso, 50% do fundo social do pré-sal também deve ser destinado à Educação. Mas, para o secretário, o investimento está longe de ser grande demais.

“Prever 10% do PIB é uma expectativa além do que temos agora, por isso pode parecer alta. Sobre o pré-sal, 50% pode ser considerado muito também se comparado com o que tem hoje, que é zero. Se essa proposta vingar, a verba ainda será insuficiente em relação a outros países. Não é alto. É o necessário e talvez até insuficiente. Eu acho que é possível sim que esta verba venha para a educação, mas a partir da cobrança da sociedade”, destaca.

O representante da Andifes critica também uma das decisões mais polêmicas aprovadas durante a Conae: aquela que determina a reserva de 50% das vagas de instituições públicas de ensino superior para alunos de escola pública. De acordo com a decisão, a reserva deverá respeitar a proporção de negros e indígenas da população de cada estado. “A Andifes sempre se pronunciou contra isso porque é a favor autonomia da universitária e uma lei que interfere em todas as universidades de forma igual, faz com que elas percam sua autonomia”, critica.

Para ele, as próprias universidades deveriam definir a questão das cotas. Gustavo também acredita que as ações afirmativas como conceito não são para poder responder a uma fragilidade emocional dos que são beneficiados. “São instituídas como resposta a um problema social e nenhuma ação afirmativa pode se resumir ao vestibular. Ela tem que envolver assistência. O problema é fazer as pessoas permanecerem e com êxito nos estudos. Temos que criar condições para o aluno ficar na universidade”, diz, acrescentando que com a porcentagem criada por lei, é possível que parte do serviço fique prejudicado em algumas universidades que podem não estar preparadas para a mudança.

“Quando uma lei só cria a ação afirmativa, ela não dá condições da ação se firmar. A lei que tramita no Congresso Nacional não tem isso e pode não alcançar o seu objetivo”, alerta. Para ele, a expectativa agora é de que o governo elabore um documento que reflita os anseios expostos durante a Conae e que este seja aprovado no Congresso.

Propostas aprovadas - Entre as demais discussões e decisões aprovadas na Conae que poderão ser parte das diretrizes do novo PNE, também está a criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional, que prevê um projeto de lei que puna os responsáveis pela gestão e financiamento da Educação em todos os níveis que não cumprirem metas pré-estabelecidas, para que seja garantida a Educação de qualidade a todas as pessoas, conforme previsto na Constituição.

A conferência também aprovou o fortalecimento dos conselhos de Educação e a necessidade da criação de fóruns nacionais, estaduais e municipais, cujo principal objetivo será o acompanhamento dos planos educacionais.

Temas polêmicos, como as eleições diretas para diretor, também foram aprovadas pelos delegados, assim como a determinação de um número máximo de alunos por sala de aula em todos os níveis de ensino. O limite aprovado é 15 alunos por turma na pré-escola; 20 no Ensino Fundamental; 25 no Ensino Médio e 35 no Ensino Superior.

Em relação à Educação Infantil, ficou aprovado que a oferta deve ser feita apenas por instituições próprias dos sistemas públicos de ensino. Para que isso ocorra, foi previsto um processo de transição. A determinação é que o sistema de convênios atual não possa ser expandido, mantendo-se no mesmo patamar até 2014. O objetivo é que essa prática não exista mais em 2018.